

EDITAL Nº 006/2018 – DACA/PROGRAD

**EDITAL DO PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO
BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO NORTE**

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio da Diretoria de Administração e Controle Acadêmico (DACA) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), considerando a Resolução nº 60/2014, de 01/04/2014, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), torna público que:

1. DO INGRESSO

1.1. A UFRN permitirá, aos discentes que concluíram o módulo avançado dos Cursos Técnicos do Instituto Metrópole Digital (IMD), o ingresso no Bacharelado em Tecnologia da Informação (BTI) no primeiro período letivo de 2019 por meio de processo seletivo específico.

1.1.1. Apenas discentes ingressantes a partir do ano de 2013 poderão participar deste processo seletivo.

1.2. Além de ter concluído o módulo avançado dos Cursos Técnicos do IMD, o candidato deverá cumprir as demais exigências legais para ingresso no ensino superior na UFRN previstas neste Edital.

1.2.1. O candidato classificado deverá comprovar, no ato do cadastramento, a conclusão do Ensino Médio, o cumprimento das exigências legais para ingresso no ensino superior e, se concorrer à reserva de vagas, entregar os documentos comprobatórios exigidos neste Edital, sob pena de perda da vaga.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão ofertadas **20 (vinte) vagas**, distribuídas conforme a tabela a seguir:

BTI - TURNO DIURNO						Total de Vagas:		20
Escola Pública								Outros
10								
Renda ≤ 1,5 Salário Mínimo ¹				Renda > 1,5 Salário Mínimo ²				
5				5				
PPI ³		Outros		PPI ³		Outros		
3		2		3		2		
PCD ⁴	Outros	PCD ⁴	Outros	PCD ⁴	Outros	PCD ⁴	Outros	
2	1	1	1	1	2	1	1	

¹ Renda Familiar menor ou igual a 1,5 salário-mínimo per capita

² Renda Familiar maior que 1,5 salário-mínimo per capita

³ Autodeclarados pretos, pardos e indígenas

⁴ Pessoas com deficiência

- 2.2. As vagas foram distribuídas obedecendo ao disposto na Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, na Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, da Presidência da República, e na Portaria Normativa nº 18, do Ministério da Educação, de 11 de outubro de 2012.

3. DA CLASSIFICAÇÃO E NOTAS

- 3.1. A Nota de Classificação (NC) do processo seletivo será a média ponderada das médias das disciplinas dos módulos básico, intermediário (caso se aplique) e avançado, levando-se em conta 2 (duas) casas decimais após arredondamento para o fator de classificação. O peso utilizado para este cálculo será a carga horária de cada disciplina.
- 3.2. Serão habilitados apenas discentes com Nota de Classificação (NC) maior ou igual a 7,0 e com média individual de todas as disciplinas maior ou igual a 5,0.
- 3.3. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da Nota de Classificação (NC), calculada de acordo com os itens 3.1 a 3.2, até o número de vagas ofertadas.
- 3.4. Os critérios de desempate são, nesta ordem:
- discentes com data de conclusão do módulo integrador mais antiga; e
 - discentes com maior idade.

4. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

- 4.1. A UFRN adotará a política de ações afirmativas baseada na reserva de vagas definida pelas Leis nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e nº 13.409/2016, regulamentadas pelos Decretos nº 7.824/2012 e nº 9.034/2017, pelas Portarias Normativas nº 18/2012 – MEC e nº 09/2017 – MEC, e pela Resolução nº 205/2017 – CONSEPE/UFRN.
- 4.2. Compete exclusivamente ao candidato se certificar de que cumpre os requisitos estabelecidos e de que dispõe da documentação de comprovação necessária para se beneficiar das ações afirmativas em decorrência do disposto nas Leis nº 12.711/2012 e nº 13.409/2016, e neste Edital.
- 4.2.1. Não é permitido solicitar mudança de tipo ou desistência de ação afirmativa após a inscrição, cabendo **exclusivamente** ao candidato analisar os requisitos e documentos exigidos para cada modalidade de concorrência e verificar qual opção lhe é mais vantajosa.
- 4.2.2. Perderá o direito à vaga o candidato que se declarar beneficiário de uma determinada ação afirmativa e que não apresentar a comprovação necessária no momento do cadastramento, mesmo que a nota obtida seja suficiente para que o candidato seja aprovado em outro grupo de concorrência.
- 4.3. Em cada curso, serão preenchidas inicialmente as vagas reservadas pelas Leis nº 12.711/2012 e nº 13.409/2016, às quais só concorrem os estudantes cotistas, e em seguida as vagas de ampla concorrência, às quais todos concorrem, inclusive os cotistas que não tenham sido selecionados nas vagas reservadas. Dentro de cada grupo (cotistas e ampla concorrência), os candidatos serão classificados por ordem decrescente da Nota de Classificação (NC).

- 4.3.1.** As ações afirmativas serão mantidas em todas as chamadas do Processo Seletivo Específico.
- 4.3.2.** Não havendo mais aprovados dentro de um grupo de reserva de vagas, a vaga será destinada a um candidato aprovado em outro grupo ou, em último caso, a um aprovado da ampla concorrência, de acordo com as regras definidas nos subitens 6.2.1 a 6.2.8.

ESCOLA PÚBLICA

- 4.4.** Para efeito de aplicação da ação afirmativa definida pelas Leis nº 12.711/2012 e nº Lei 13.409/2016, em obediência ao que define a sua regulamentação (Decreto nº 7.824/2012, art. 2º, parágrafo único e Portaria Normativa MEC nº 18/2012, art. 2º, inciso II), são consideradas escolas públicas as instituições de ensino criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público brasileiro, da rede municipal, estadual ou federal, nos termos do inciso I, do art. 19, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- 4.4.1. Não se enquadram como escolas públicas¹** e, portanto, não permitem que seus egressos se beneficiem das vagas reservadas pela Lei nº 12.711/2012 as instituições:
- Particulares em sentido estrito, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, mesmo gratuitas ou quando o estudante tenha recebido bolsa integral;
 - Criadas ou incorporadas pelo poder público, mas mantidas ou administradas pelo setor privado;
 - Estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas ao poder público de outro país; ou que, por qualquer outra razão, não se enquadrem na definição do item 4.4.
- 4.5.** Só poderá ocupar uma das vagas reservadas pela Lei nº 12.711/2012 para egressos de escola pública, o estudante que atenda a todos os seguintes requisitos:
- Tenha cursado integralmente, ou ao menos parcialmente, o ensino médio em escolas públicas** conforme item 4.4, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e apresente a comprovação (histórico escolar) correspondente a todos os anos cursados;
 - Não tenha cursado, em nenhum momento, parte do ensino médio em escola que não seja pública**, mesmo que não tenha chegado a concluir ou ser aprovado em nenhuma série ou ano letivo nessa escola ou que tenha cursado novamente a mesma série ou ano letivo em escola pública; e
 - Tenha diploma – ou equivalente – de conclusão do ensino médio emitido por escola pública ou com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.**

RENDA

- 4.6.** Para efeito de aplicação da ação afirmativa definida pela Lei nº 12.711/2012 referente ao critério de renda, só poderão concorrer a essas vagas reservadas os estudantes egressos de escola pública e que comprovarem a percepção de renda familiar bruta mensal igual

¹ São exemplos de instituições no estado do Rio Grande do Norte que não são consideradas públicas para efeitos da Lei de Cotas: a escola da Fundação Bradesco; as escolas do Sesi, Sesc, etc.; as escolas gratuitas mantidas por colégios religiosos (todas essas, privadas); e a Escola das Dunas (incorporada pelo poder público, porém mantida e administrada por uma fundação privada).

ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo *per capita*, apurada de acordo com o seguinte procedimento:

- I. Calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família a que pertence o estudante;
- II. Calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados conforme o inciso I; e
- III. Divide-se o valor apurado conforme o inciso II pelo número de pessoas da família do estudante.

4.7. Para efeito de cálculo da renda familiar bruta mensal *per capita*, considera-se família como sendo a unidade nuclear composta por todas as pessoas que sejam moradoras em um mesmo domicílio e que satisfaçam um ou mais de um dos seguintes critérios:

- I. Sejam parentes em até terceiro grau do estudante; ou
- II. Contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar.

4.7.1. O domicílio a ser considerado na definição da composição da família é o local habitual de residência do estudante na data de inscrição no processo seletivo (Portaria Normativa MEC nº 18/2012, art. 2º, inciso IV), e não o local onde passará a residir após o eventual ingresso no curso superior.

4.8. A média mensal dos rendimentos brutos da família será calculada levando-se em conta os 3 (três) meses anteriores à data de inscrição (agosto a outubro de 2018) do estudante no Processo Seletivo Específico.

4.9. No cálculo da renda familiar bruta, **devem ser computados todos os rendimentos de qualquer natureza percebidos por todas as pessoas da família, a título regular ou eventual, e de natureza formal ou informal, mesmo aqueles para os quais não se disponha de comprovante.**

4.9.1. **A omissão de alguma renda recebida por qualquer membro da família, mesmo que recebida como doação ou rendimento informal ou eventual, caracteriza falsa declaração, sujeitando o candidato à perda da vaga e a sanções penais eventualmente cabíveis.**

4.9.2. No cálculo da soma dos rendimentos brutos auferidos por todas as pessoas da família, **devem ser incluídos**, dentre outros, as seguintes rendas:

- I. Salários (mensais, semanais, diários, etc.);
- II. Ganhos de atividade rural ou extrativista;
- III. Aposentadorias e pensões;
- IV. Rendas resultantes do trabalho de profissionais liberais;
- V. Rendas de locação ou arrendamento de bens móveis e imóveis;
- VI. Comissões e gorjetas;
- VII. Seguro desemprego;
- VIII. Rendas de trabalho informal; e
- IX. Doações regulares ou eventuais.

4.9.3. **Estão excluídos** do cálculo de que trata o item 4.9 os valores recebidos pelas seguintes razões ou no âmbito dos seguintes programas:

- I. Auxílios para alimentação e transporte;
- II. Diárias e reembolsos de despesas;
- III. Adiantamentos e antecipações;
- IV. Estornos e compensações referentes a períodos anteriores;

- V. Adicional de férias;
- VI. 13º salário;
- VII. Indenizações de seguros, por danos materiais e morais ou por decisão judicial;
- VIII. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- IX. Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- X. Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- XI. Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;
- XII. Programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres; e
- XIII. Demais programas de transferência de renda, associados a políticas compensatórias ou programas sociais, implantados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

4.10. Para efeito de determinação do limite de 1,5 (um e meio) salário mínimo de renda bruta média mensal *per capita*, será considerado o salário mínimo nacional vigente durante os meses de agosto a outubro de 2018, correspondente a R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

4.11. Os documentos aceitos para comprovação de renda estão indicados nos itens de 4.11.1 a 4.11.7 a seguir, de acordo com a categoria do rendimento. É necessário apenas um dos tipos de documentos listados para cada uma das rendas percebidas pelo mesmo membro da família na mesma categoria. Caso um dos membros receba renda de mais de uma categoria ou de mais de uma fonte pagadora, deverá ser entregue um tipo de comprovante para cada renda distinta.

4.11.1. TRABALHADORES ASSALARIADOS

- I. Contracheques de agosto a outubro de 2018 (cópia legível e autenticada);
- II. Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2018 (ano base 2017) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (cópia legível e autenticada);
- III. Carteira do Trabalho e Previdência Social registrada e atualizada (cópia legível e autenticada);
- IV. Comprovante de recolhimento da contribuição ao INSS de agosto a outubro de 2018, no caso de empregado doméstico (cópia legível e autenticada);
- V. Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS de agosto a outubro de 2018 (original ou cópia legível e autenticada); ou
- VI. Extrato bancário de agosto a outubro de 2018 (original ou cópia legível e autenticada).

4.11.2. ATIVIDADE RURAL

- I. Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2018 (ano base 2017) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (cópia legível e autenticada);
- II. Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ 2018 (ano base 2017) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (cópia legível e autenticada);
- III. Quaisquer declarações tributárias do ano de 2018 (ano base 2017) referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso (cópia legível e autenticada);
- IV. Extrato bancário de agosto a outubro de 2018 da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas (original ou cópia legível e autenticada);
- V. Notas fiscais de vendas de agosto a outubro de 2018 (cópia legível e autenticada); ou
- VI. Documento oficial do sindicato que comprove o exercício da atividade rural, que será complementado com a declaração a ser preenchida no ato do cadastramento.

4.11.3. APOSENTADOS E PENSIONISTAS

- I. Extrato do pagamento de benefício de um dos meses entre agosto a outubro de 2018 (original ou cópia legível e autenticada);
- II. Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2018 (ano base 2017) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (cópia legível e autenticada); ou
- III. Extrato bancário de um dos meses entre agosto a outubro de 2018 (original ou cópia legível e autenticada).

4.11.4. AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS

- I. Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2018 (ano base 2017) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (cópia legível e autenticada);
- II. Quaisquer declarações tributárias do ano de 2018 (ano base 2017) referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao candidato ou a membros da família, quando for o caso (cópia legível e autenticada);
- III. Comprovante de recolhimento da contribuição ao INSS de agosto a outubro de 2018, compatíveis com a renda declarada (cópia legível e autenticada); ou
- IV. Extrato bancário de agosto a outubro de 2018 (original ou cópia legível e autenticada).

4.11.5. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

- I. Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física 2018 (ano base 2017) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (cópia legível e autenticada);
- II. Extrato bancário de agosto a outubro de 2018 (original cópia legível e autenticada);
- III. Contrato de locação ou arrendamento (cópia legível e autenticada); ou
- IV. Recibos ou comprovantes de recebimentos de agosto a outubro de 2018 (cópia legível e autenticada).

4.11.6. DOAÇÕES²

- I. Extrato bancário de agosto a outubro de 2018 (original ou cópia legível e autenticada) comprovando o recebimento da renda declarada que será complementado com a declaração a ser preenchida no ato do cadastramento; ou
- II. Declaração assinada do responsável legal ou benfeitor sobre o valor da doação de agosto a outubro de 2018 (original).

4.11.7. RENDIMENTOS INFORMAIS

- I. Extrato bancário de agosto a outubro de 2018 (original ou cópia legível e autenticada);
- II. Declaração assinada do empregador ou contratante sobre o valor da remuneração de agosto a outubro de 2018 (original); ou
- III. Declaração de que não existe nenhuma possibilidade de comprovação dos rendimentos recebidos, a ser assinada no ato do cadastramento. Esta forma de comprovação só poderá ser utilizada nas situações em que realmente não existe comprovante da renda³, sendo vedada nos casos em que o comprovante existe ou pode ser emitido, mas o candidato não apresenta o documento.

² Inclui-se nesse caso a renda recebida por estudantes que não residem com os pais, mas que recebem doação dos pais ou de outros benfeitores para seu sustento. Para estudantes que residem com os pais, não deve ser incluída a eventual percepção de mesada ou assemelhado, tendo em vista que, nesses casos, a renda total da família deve ser declarada, o que já inclui os rendimentos do pagador da mesada. Porém, nos casos em que o estudante reside com os pais e também recebe doação de um benfeitor que não reside no mesmo domicílio, essa doação deve ser declarada e contabilizada como rendimento.

³ São exemplos desse tipo de situação: diaristas, camelôs, vendedores de cachorro quente, trabalhadores que fazem “bicos”, catadores e outros casos assemelhados, desde que não recebam os rendimentos via conta bancária, pois nesse caso seria possível comprovar por meio de extrato bancário.

- 4.12.** Nos casos de rendimentos comprovados por meio da declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física ou Jurídica ou de outra declaração similar, de abrangência anual, a média mensal dos rendimentos brutos, referente a essa renda, será calculada dividindo-se por 13 (treze) o rendimento bruto anual declarado.
- 4.13.** Nos casos das comprovações listadas no **inciso II do item 4.11.6, e nos incisos II e III do item 4.11.7**, a análise do cumprimento ou não dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.711/2012 e sua regulamentação e por este Edital para caracterização do candidato como sendo de baixa renda será feita pela equipe técnica da UFRN, no momento do cadastramento.

ÉTNICO-RACIAL

- 4.14.** Para efeito de aplicação da ação afirmativa definida pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) referente ao critério étnico-racial, só poderão concorrer a essas vagas os estudantes egressos de escola pública e que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas, sujeitando-se à perda da vaga e a sanções penais eventualmente cabíveis em caso de falsa declaração.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 4.15.** Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram no art. 2º da Lei nº 13.146/2015 e nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com redações dadas, respectivamente, pela Lei nº 13.146/2015 e pelo Decreto Federal nº 5.296/2004.
- 4.16. Não poderão concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência os candidatos com:** deformidades estéticas; deficiências sensoriais que não configurem impedimento e/ou restrição para seu desempenho no processo ensino-aprendizagem que requeiram atendimento especializado; transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares (CID 10 - F81); dislexia e outras disfunções simbólicas (CID – R48); transtornos hipercinéticos (CID 10 - F90); transtornos mentais e comportamentais (CID 10 - F00 - F99); mobilidade reduzida; visão monocular.
- 4.17.** A banca de Validação analisará os termos, exames e laudos comprobatórios apresentados pelos candidatos classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, emitindo parecer final relativo à deficiência alegada.
- 4.18.** O candidato com deficiência deverá declarar sua condição no ato da inscrição.
- 4.18.1.** O candidato que não declarar sua condição de deficiente no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.
- 4.19.** A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/99, participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5. DA INSCRIÇÃO

- 5.1.** A inscrição será realizada no período de 5 a 16 de novembro de 2018, das 8h às 12h e das 14h às 18h (horário oficial local).
- 5.2.** A inscrição será realizada na Secretaria de Cursos Técnicos do Instituto Metrópole Digital – CIVT (Sala B117) – UFRN – Campus Central – Natal/RN.
- 5.3.** Para a inscrição, deverão ser entregues os seguintes documentos:
- I. Pedido de inscrição preenchido e assinado, usando o formulário do ANEXO I deste Edital.
 - II. Carteira de Identidade (cópia legível). Pode ser substituída por Passaporte, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação.
 - III. Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia legível), dispensável caso a Carteira de Identidade ou documento equivalente já contenha o número do CPF.
 - IV. Procuração pública, registrada em cartório, ou particular, com firma reconhecida em cartório (cópia legível), apenas no caso do candidato designar procurador para agir em seu nome. **Exigida mesmo quando o procurador for parente**, exceto no caso de pai, mãe ou representante legal atuando em nome do candidato menor de idade.
- 5.3.1.** As cópias dos documentos apresentados na inscrição não precisam ser autenticadas. Entretanto, caso o candidato seja aprovado, deverá apresentar, no momento do cadastramento, o original dos mesmos documentos utilizados no ato de sua inscrição (identidade, CPF e, se for o caso, procuração).
- 5.4.** O pedido de inscrição deverá ser realizado pessoalmente pelo interessado ou por procurador, constituído mediante procuração pública ou procuração particular com firma reconhecida.
- 5.5.** Para cada candidato será admitida somente uma inscrição para este processo seletivo, sendo considerada válida apenas a última inscrição realizada.
- 5.6.** Não haverá pagamento da taxa de inscrição.

6. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS E DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1.** As vagas reservadas em função da implantação do sistema de reserva de vagas serão preenchidas segundo a ordem de classificação de acordo com a ordem decrescente dos Argumentos Finais dos candidatos dentro de cada um dos grupos de inscritos especificados no quadro a seguir:

Grupo	Requisitos
1	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, com deficiência.
2	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, sem deficiência.
3	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que não se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, com deficiência.

4	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que não se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, sem deficiência.
5	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, com deficiência.
6	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, sem deficiência.
7	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que não se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, com deficiência.
8	Candidatos egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo (1 salário-mínimo e meio) per capita, que não se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, sem deficiência.

6.2. As vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os seguintes critérios:

6.2.1. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 1, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- Por candidatos do Grupo 2;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 3;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 4;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 5;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 6;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 7;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 8.

6.2.2. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 2, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- Por candidatos do Grupo 1;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 3;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 4;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 5;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 6;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 7;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 8.

6.2.3. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 3, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- Por candidatos do Grupo 4;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 1;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 2;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 5;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 6;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 7;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 8.

6.2.4. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 4, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- Por candidatos do Grupo 3;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 1;
- Restando vagas, por candidatos do Grupo 2;

- d) Restando vagas, por candidatos do Grupo 5;
- e) Restando vagas, por candidatos do Grupo 6;
- f) Restando vagas, por candidatos do Grupo 7;
- g) Restando vagas, por candidatos do Grupo 8.

6.2.5. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 5, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- a) Por candidatos do Grupo 6;
- b) Restando vagas, por candidatos do Grupo 1;
- c) Restando vagas, por candidatos do Grupo 2;
- d) Restando vagas, por candidatos do Grupo 3;
- e) Restando vagas, por candidatos do Grupo 4;
- f) Restando vagas, por candidatos do Grupo 7;
- g) Restando vagas, por candidatos do Grupo 8.

6.2.6. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 6, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- a) Por candidatos do Grupo 5;
- b) Restando vagas, por candidatos do Grupo 1;
- c) Restando vagas, por candidatos do Grupo 2;
- d) Restando vagas, por candidatos do Grupo 3;
- e) Restando vagas, por candidatos do Grupo 4;
- f) Restando vagas, por candidatos do Grupo 7;
- g) Restando vagas, por candidatos do Grupo 8.

6.2.7. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 7, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- a) Por candidatos do Grupo 8;
- b) Restando vagas, por candidatos do Grupo 1;
- c) Restando vagas, por candidatos do Grupo 2;
- d) Restando vagas, por candidatos do Grupo 3;
- e) Restando vagas, por candidatos do Grupo 4;
- f) Restando vagas, por candidatos do Grupo 5;
- g) Restando vagas, por candidatos do Grupo 6.

6.2.8. No caso de não preenchimento das vagas reservadas aos candidatos do Grupo 8, aquelas remanescentes serão preenchidas na seguinte ordem:

- a) Por candidatos do Grupo 7;
- b) Restando vagas, por candidatos do Grupo 1;
- c) Restando vagas, por candidatos do Grupo 2;
- d) Restando vagas, por candidatos do Grupo 3;
- e) Restando vagas, por candidatos do Grupo 4;
- f) Restando vagas, por candidatos do Grupo 5;
- g) Restando vagas, por candidatos do Grupo 6.

6.3. Os candidatos que optarem por concorrer às vagas destinadas ao sistema de reserva de vagas e que não forem selecionados terão assegurado o direito de concorrer às demais vagas.

6.4. Não havendo o preenchimento completo das vagas reservadas pelo sistema de reserva de vagas pelos candidatos dos Grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 as vagas remanescentes serão preenchidas por candidatos não inscritos nas reservas.

- 6.5. A divulgação do resultado do processo seletivo ocorrerá a partir do dia 23 de novembro de 2018 nos sítios eletrônicos da PROGRAD e do IMD, nos endereços <http://prograd.ufrn.br> e <http://www.imd.ufrn.br/>.
- 6.6. O candidato poderá interpor recurso por escrito contra o indeferimento de sua inscrição ou quanto à classificação do processo seletivo nos dias 26 a 27 de novembro de 2018, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no mesmo local previsto para realização de inscrições.
- 6.6.1. O resultado da análise dos recursos, caso haja, será publicado no dia 03 de dezembro de 2018 nos sítios eletrônicos da PROGRAD e do IMD, nos endereços <http://prograd.ufrn.br> e <http://www.imd.ufrn.br/>.

7. DO CADASTRAMENTO

- 7.1. O cadastramento é ato pelo qual o candidato apresenta os documentos requeridos para verificação de conformidade com as exigências para ingresso na UFRN.
- 7.2. O cadastramento dos candidatos selecionados no processo seletivo ocorrerá nas seguintes datas, horários e local:

CHAMADA	DATA	HORÁRIO	LOCAL
1ª chamada	13 a 14 de dezembro de 2018	Das 8h às 12h e das 14h às 18h	Secretaria de Cursos Técnicos do Instituto Metrópole Digital – CIVT (Sala B117) – UFRN – Campus Central – Natal/RN.
2ª chamada	17 de dezembro de 2018		

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CADASTRAMENTO

- 8.1. Para todos os candidatos, o cadastramento somente ocorrerá se o interessado entregar, **todos e de uma só vez**, nos prazos, horários e locais estabelecidos no item 7.2 deste Edital, os seguintes documentos:
- I. Histórico emitido pelo SIGAA comprovando a conclusão do módulo avançado do curso técnico do IMD.
 - a. O histórico apresentado deve ser referente à matrícula utilizada pelo discente no ato da inscrição.
 - b. Cabe ao candidato solicitar junto à coordenação do curso técnico, em tempo hábil, a correção de eventuais problemas de registro no seu histórico escolar que estejam impedindo o atendimento do requisito do *caput* deste artigo.
 - II. Declaração de Ciência e Responsabilidade, conforme ANEXO II, assinada de próprio punho pelo candidato ou por seu procurador (original).
 - III. Carteira de Identidade (cópia legível e autenticada). Pode ser substituída, em caso de necessidade, por Passaporte, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação, embora seja recomendado que o candidato apresente a Carteira de Identidade.

- IV. Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia legível e autenticada). Dispensável caso a Carteira de Identidade ou documento equivalente já contenha o número do CPF.
- V. Diploma de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente⁴ (cópia legível e original ou cópia autenticada). Pode ser substituído por Diploma de Conclusão de curso superior, mas não por histórico ou comprovante de vínculo com o ensino superior, mesmo na UFRN, nem por histórico do ensino médio.
- VI. Prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar (original e cópia legível ou cópia autenticada), apenas para os candidatos do sexo masculino. Dispensada, mediante comprovação⁵ (cópia legível e autenticada), para:
 - a. os que completaram ou vão completar 18 anos após o dia 31/12/2017;
 - b. os maiores de 45 anos no ato do cadastramento; ou
 - c. os candidatos estrangeiros.
- VII. Certidão de Quitação Eleitoral, obtida por meio do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> ou fornecida pelos órgãos da Justiça Eleitoral (original e cópia legível ou cópia autenticada). Dispensada, mediante comprovações, para:
 - a. os que completaram ou vão completar 18 anos após a data de realização do primeiro turno das últimas eleições, ou seja, os nascidos a partir de 03/10/1998;
 - b. os maiores de 70 anos no ato do cadastramento;
 - c. os candidatos estrangeiros;
 - d. os conscritos que estejam cumprindo o serviço militar obrigatório; ou
 - e. os que perderam os direitos políticos.
- VIII. Procuração pública, registrada em cartório, ou particular, com firma reconhecida em cartório (original e cópia legível ou cópia autenticada), apenas no caso do candidato designar procurador para agir em seu nome. **Exigida mesmo quando o procurador for parente**, exceto no caso de pai, mãe ou representante legal atuando em nome do candidato menor de idade. O ANEXO III apresenta um modelo de procuração particular que pode ser utilizado, após reconhecimento da firma em cartório.

8.1.1. A condição de ser ou já ter sido discente de graduação da UFRN não dispensa o candidato da exigência de entrega de todos os documentos necessários para o cadastramento.

8.2. BENEFICIÁRIOS DE COTA PARA ESCOLA PÚBLICA

8.2.1. Todo candidato que tenha se declarado como beneficiário da ação afirmativa baseada na reserva de vagas para egressos de escola pública, definida pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) deverá entregar, **além dos documentos exigidos no item 8.1:**

⁴ Para que possa ser considerado equivalente ao Diploma, o documento deve indicar a escola emitente, seus dados (endereço, CNPJ, etc.), seu reconhecimento pela Secretaria de Educação ou equivalente (nº do parecer, data, etc.), ser assinado pelo responsável e afirmar inequivocamente que o candidato **“concluiu o ensino médio”** ou **“concluiu o curso técnico de nível médio”**, sem utilizar expressões ambíguas tais como “concluiu as disciplinas” ou “já integralizou a carga horária exigida para o nível médio” ou “já integralizou todos os componentes curriculares exigidos para o ensino médio” ou “concluiu, mas deve apresentar o relatório final de estágio” ou “já concluiu três anos de estudo”.

⁵ Não se exige uma comprovação adicional, além do documento de identificação já apresentado, de que o candidato está dispensado de apresentar quitação eleitoral ou militar nas situações relacionadas à idade (incisos “a” e “b”).

- I. Declaração de que atende aos requisitos (ver itens 4.4 e 4.5 deste Edital) para ocupação de vagas reservadas aos egressos de escola pública, conforme ANEXO IV, assinada de próprio punho pelo candidato ou por seu procurador (original).
- II. Histórico Escolar (original e cópia legível ou cópia autenticada) de todos os anos cursados no Ensino Médio.

8.2.2. Caso se aplique, além dos documentos dos itens 8.1 e 8.2.1, os candidatos deverão entregar também os documentos exigidos nos itens 8.3, 8.4 e 8.5.

8.3. BENEFICIÁRIOS DE COTA PELO CRITÉRIO DE RENDA

8.3.1. Todo candidato que tenha se declarado como beneficiário da ação afirmativa baseada na reserva de vagas para os candidatos de baixa renda, definida pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), deverá entregar, além dos documentos exigidos nos itens 8.1 e 8.2:

- I. Declaração de rendimentos e de composição familiar, conforme ANEXO V, afirmando que atende aos requisitos (ver itens 4.6 a 4.11 deste Edital) para ocupação de vagas reservadas aos candidatos com renda familiar bruta mensal per capita igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo, assinada de próprio punho pelo candidato ou por seu procurador (original).
- II. Comprovantes de renda de todos os membros da família que têm rendimentos (original e cópia legível ou cópia autenticada).

8.3.2. Caso se aplique, além dos documentos dos itens 8.1, 8.2 e 8.3.1, os candidatos deverão entregar também os documentos exigidos nos itens 8.4 e 8.5.

8.4. BENEFICIÁRIOS DE COTA ÉTNICO-RACIAL

8.4.1. Todo candidato que tenha se declarado como beneficiário da ação afirmativa baseada na reserva de vagas para pretos, pardos ou indígenas, definida pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), deverá entregar, além dos documentos exigidos nos itens 8.1 e 8.2:

- I. Declaração de que atende aos requisitos para ocupação de vagas reservadas aos que se consideram pretos, pardos ou indígenas, conforme ANEXO VII, assinada de próprio punho pelo candidato ou por seu procurador (original).
- II. Caso o candidato seja indígena, é necessário entregar também, no ato do cadastramento, o formulário do ANEXO VI devidamente preenchido.

8.4.2. Caso se aplique, além dos documentos dos itens 8.1, 8.2 e 8.4.1, os candidatos deverão entregar também os documentos exigidos nos itens 8.3 e 8.5.

8.5. BENEFICIÁRIOS DE COTA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.5.1. Todo candidato que tenha se declarado como beneficiário da ação afirmativa baseada na reserva de vagas para pessoas com deficiência, definida pelas Leis nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e nº 13.409/2016, e em consonância com as Leis nº 12.711/2012, nº 12.764/2012, nº 13.146/2015 e nº 13.409/2016, bem como com os Decretos nº

3.298/1999 e nº 5.296/2004, deverá entregar, além dos documentos exigidos nos itens 8.1 e 8.2:

- I. Laudos Médicos/Exames:
 - a. Candidatos com Deficiência Física⁶:
 - i. Laudo médico, que deverá ser assinado por um médico especialista, contendo na descrição clínica o tipo e grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência. Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM ou RMS⁷ do médico que forneceu o atestado.
 - b. Candidatos Surdos ou com Deficiência Auditiva⁸:
 - i. Laudo médico, que deverá ser assinado por um médico especialista, contendo na descrição clínica o tipo e grau da perda auditiva, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência. Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado.
 - ii. Exame de Audiometria, realizado nos últimos 12 (doze) meses, no qual conste o nome legível, carimbo, especialização, assinatura e número do conselho de classe do profissional que realizou o exame. A audiometria apenas será aceita se acompanhada de exame médico.
 - c. Candidatos Cegos ou com Baixa Visão⁹:
 - i. Laudo médico, que deverá ser assinado por um médico especialista, contendo na descrição clínica o tipo e grau da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência. Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado.
 - ii. Exame Oftalmológico, realizado nos últimos 12 (doze) meses, em que conste a acuidade visual e a medida do campo visual nos casos que forem pertinentes. Deve conter ainda o nome legível, carimbo, especialização, assinatura e CRM ou RMS do profissional que realizou o exame.
 - d. Candidatos com Deficiência Intelectual ou Mental¹⁰:

⁶ **Pessoa com deficiência física:** Pessoa com alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).

⁷ **CRM:** é o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Medicina.

RMS: é o número do Registro do Ministério da Saúde (RMS) que o profissional estrangeiro recebe e que permitirá a sua atuação no Brasil pelo Programa Mais Médicos. Esse registro possui validade restrita à permanência do profissional no Programa.

⁸ **Pessoa Surda ou com Deficiência Auditiva:** Pessoa com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).

⁹ **Pessoa com Deficiência Visual:** Pessoa com cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).

- i. Laudo médico, que deverá ser assinado por um médico especialista, contendo na descrição clínica o tipo e grau da deficiência e as áreas e funções do desenvolvimento afetadas, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência. Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado.
- e. Candidatos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)¹¹:
 - i. Laudo médico, que deverá ser assinado por um médico especialista, contendo na descrição clínica o tipo e grau da deficiência e as áreas e funções do desenvolvimento afetadas com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID). Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado.
- f. Candidatos com Deficiência Múltipla¹²:
 - i. Laudos médicos, que deverão ser assinados por médicos especialistas, contendo na descrição clínica o tipo e grau das deficiências e as áreas e funções do desenvolvimento afetadas com expressa referência aos códigos correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como as prováveis causas das deficiências. Deve ainda conter o nome legível, carimbo, assinatura, especialização e CRM ou RMS dos médicos que forneceram os atestados.
 - ii. Exame de Audiometria, nos casos que forem pertinentes, realizado nos últimos 12 (doze) meses, no qual conste o nome legível, carimbo, especialização, assinatura e número do conselho de classe do profissional que realizou o exame. A audiometria apenas será aceita se acompanhada de exame médico.
 - iii. Exame Oftalmológico, nos casos que forem pertinentes, realizado nos últimos 12 (doze) meses, em que conste a acuidade visual e a medida do campo visual nos casos que forem pertinentes. Deve conter ainda o nome legível, carimbo, especialização, assinatura e CRM ou RMS do profissional que realizou o exame.
- II. Parecer da Banca de Validação, a qual o candidato será submetido no ato do cadastramento, validando o(s) laudo(s)/exame(s) apresentado(s), nos termos da Resolução nº 205/2017 – CONSEPE, de 19 de dezembro de 2017.

¹⁰ **Pessoa com Deficiência Intelectual ou Mental:** Pessoa com funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho; (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).

¹¹ **Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA):** É considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica caracterizada da seguinte forma:

- I. deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e
- II. padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Lei nº 12.764/2012, art. 1º). De acordo com a CID – 10, o autismo é classificado como um Transtorno Global do Desenvolvimento.

¹² **Pessoa com Deficiência Múltipla:** Pessoa com duas ou mais deficiências descritas no art. 5º, §1º do Decreto nº 5.296/2004.

- 8.5.2. O candidato que tiver parecer negativo da banca de validação, nos termos do Decreto no 3.298/1999, e suas alterações, será eliminado do processo seletivo.
- 8.5.3. Caso se aplique, além dos documentos dos itens 8.1, 8.2 e 8.5.1, os candidatos deverão entregar também os documentos exigidos nos itens 8.3 e 8.4.
- 8.6. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de cadastramento em prazos, horários e locais diferentes dos indicados neste Edital ou com documentação incompleta, sendo eliminado do processo seletivo o candidato que não efetivar o cadastramento.
- 8.7. A autenticação das cópias dos documentos exigidos para o cadastramento poderá ser realizada previamente, em cartório, ou no próprio local do cadastramento, desde que o candidato apresente o documento original juntamente com a cópia do documento. Não serão feitas cópias no local do cadastramento.

9. DA 2ª CHAMADA

- 9.1. Caso existam vagas não ocupadas após o cadastramento relativo à 1ª chamada, a Diretoria de Administração e Controle Acadêmico (DACA) da UFRN convocará, na 2ª chamada, os candidatos subsequentes classificados para o preenchimento das vagas remanescentes.
- 9.1.1. A lista de convocados para a 2ª chamada será divulgada até o dia **17 de dezembro de 2018**, nos endereços eletrônicos <http://prograd.ufrn.br> e <http://www.imd.ufrn.br/>.
- 9.2. Na convocação da 2ª chamada, a UFRN poderá convocar um número de candidatos maior do que o de vagas existentes.
- 9.2.1. A definição sobre a conveniência ou não de convocar mais candidatos do que o número de vagas, bem como o número de candidatos adicionais a serem incluídos, é de competência da Diretoria de Administração e Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação da UFRN.
- 9.2.2. Caso sejam convocados e compareçam mais candidatos do que o número de vagas, os melhores classificados serão cadastrados e ocuparão as vagas; os demais formarão o cadastro de reserva.
- 9.2.3. Caso compareçam candidatos em número igual ou inferior ao número de vagas, todos serão cadastrados e ocuparão as vagas.
- 9.2.4. A inclusão em cadastro de reserva **não gera nenhuma garantia, direito ou expectativa de direito de ingresso na UFRN, presente ou futuro.**
- 9.3. O candidato que for convocado e não comparecer para apresentação de documentos nos prazos e locais indicados, ou que comparecer e apresentar documentação incompleta ou incorreta, mesmo em chamadas onde o número de convocados é superior ao número de vagas, não será incluído no cadastro de reserva nem em eventuais futuras convocações, não sendo mais considerado no processo de preenchimento de vagas remanescentes.
- 9.4. Quando for convocado um número de candidatos maior do que o de vagas, a UFRN divulgará, em até 3 (três) dias úteis após o encerramento do prazo de cadastramento, quais candidatos foram selecionados para ocupar vagas e quais foram incluídos no cadastro de

reserva, sendo esta divulgação realizada nos endereços eletrônicos <http://prograd.ufrn.br> e <http://www.imd.ufrn.br/>.

10. DA MATRÍCULA

10.1. A matrícula será realizada conforme orientações da Coordenação do Curso de Tecnologia da Informação da UFRN.

10.1.1. Uma vez cadastrado e matriculado, o discente poderá alterar o seu plano de matrícula no SIGAA, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos causados pela alteração.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. Os discentes ingressantes por meio do Processo Seletivo Específico previsto neste Edital ficam dispensados da exigência de confirmação de vínculo.

11.2. Vagas eventualmente surgidas após o cadastramento da 2ª chamada não serão mais preenchidas.

11.3. O candidato beneficiado na forma deste Edital deverá submeter-se às exigências resultantes das especificidades da estrutura curricular do Bacharelado em Tecnologia da Informação, em sua proposta mais atualizada.

11.4. Este edital será válido somente para o Processo Seletivo de ingresso no Bacharelado em Tecnologia da Informação baseado na avaliação continuada dos discentes do Curso Técnico do IMD/UFRN para o primeiro período letivo do ano de 2019.

Natal, 22 de outubro de 2018.

Andressa Medeiros Pereira de Albuquerque
Diretora Adjunta de Administração e Controle Acadêmico

Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá
Pró-Reitora de Graduação

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS (PREENCHER COM LETRA DE FORMA):

Nome: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

CPF: ____ . ____ . ____ - ____

Etnia: () Amarelo (de origem oriental) () Branco () Indígena
 () Preto () Pardo () Quilombola

Telefone: (____) _____

Matrícula (curso técnico do IMD): _____

E-mail: _____

Eu, identificado(a) pelos dados acima, inscrito(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, **DECLARO** que:

- 1) Os dados pessoais acima estão corretos e estou ciente que a UFRN utilizará como **mecanismos de comunicação oficial** o sistema acadêmico SIGAA, a página do IMD e o meu endereço de e-mail.
- 2) O número de matrícula no curso técnico do IMD utilizado acima será utilizado para o cálculo do fator de classificação.
- 3) Li e estou de acordo com os termos do Edital que rege o processo seletivo.
- 4) Estou ciente que é de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo nos sítios: <http://prograd.ufrn.br> e <http://www.imd.ufrn.br>.
- 5) Com relação às ações afirmativas, me incluo na seguinte situação (indicar uma das opções):
 - () Não sou beneficiário de nenhuma ação afirmativa prevista na Seção 4 do Edital.
 - () Tenho direito à reserva de vagas prevista na Lei 12.711/2012 para egressos de escola pública. Com relação aos demais critérios previstos nessa Lei, minha situação é a seguinte:
 - Tenho renda familiar bruta mensal até 1,5 salário-mínimo *per capita*:
() Sim () Não
 - Sou preto(a), pardo(a) ou indígena:
() Sim () Não
 - Sou uma pessoa com deficiência:
() Sim* () Não

*Se sim, especificar o tipo de deficiência:

() Física () Auditiva () Visual () Oftalmológica () TEA¹³ () Múltipla

_____, ____ de _____ de 201__.

ASSINATURA (igual à do documento de identificação)

¹³ TEA = Transtorno do Espectro Autista

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

DADOS PESSOAIS (**PREENCHER COM LETRA DE FORMA**):

Nome: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ CPF: ____ . ____ . ____ - ____

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Eu, identificado(a) pelos dados acima e selecionado(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, **DECLARO** que:

- 1) Os dados pessoais acima estão corretos e estou ciente que a UFRN utilizará como **mecanismos de comunicação oficial** o sistema acadêmico SIGAA, a página do IMD e o meu endereço de e-mail.
- 2) Em observância à proibição de ocupar, simultaneamente, 2 (duas) vagas em cursos de graduação financiados com recursos públicos (em instituições públicas ou com o benefício do FIES ou PROUNI), enquadro-me na seguinte situação:
() **Tenho vínculo** com:
Curso: _____
Instituição: _____
mas faço opção **definitiva** pelo curso da UFRN ao qual esta declaração diz respeito.
- () **Não tenho vínculo** com nenhum curso de graduação na UFRN ou outra instituição pública nem sou beneficiário do PROUNI ou FIES.

ser cancelados em caso de falsa declaração.

- 3) Estou ciente que:
 - a) é da minha responsabilidade conhecer o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFRN, Resolução nº 171/2013-CONSEPE, disponível na página da PROGRAD e no sistema acadêmica SIGAA; e
 - b) posso ter o curso **cancelado** ("jubilamento") nas seguintes situações previstas nesse Regulamento:
 - Abandono de curso por não realização de matrícula (art. 322, I) ou por nenhuma aprovação (art. 322, II) no período;
 - Decurso de prazo máximo (arts. 31, §1º e 323);
 - Insuficiência de desempenho (arts. 326 e 327);
 - Efetivação de novo cadastro (art. 331); e
 - Decisão administrativa (art. 332).

Estou ciente que o vínculo atual e o anterior poderão

_____, ____ de _____ de 201__.

ASSINATURA (igual à do documento de identificação)

ANEXO III

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE – o candidato aprovado no processo seletivo:

Nome: _____
Nacionalidade: () Brasileira () Outra: _____
Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Outro: _____
CPF: _____ RG: _____ Órgão emissor: _____
Endereço: _____ Nº: _____
Complemento e Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____

OUTORGADO(A) – o procurador que realizará o cadastramento em nome do candidato:

Nome: _____
Nacionalidade: () Brasileira () Outra: _____
Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Outro: _____
CPF: _____ RG: _____ Órgão emissor: _____
Endereço: _____ Nº: _____
Complemento e Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) OUTORGANTE acima identificado(a) nomeia e constitui seu(sua) bastante procurador(a) o(a) OUTORGADO(A) acima identificado(a), para o fim específico de realizar junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) o cadastramento e demais procedimentos que sejam requeridos para o PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

Para esse fim, poderá solicitar o cancelamento de eventuais vínculos ativos com outros cursos de graduação, na UFRN ou em outras instituições, que impeçam o cadastramento no curso para o qual o(a) OUTORGANTE foi selecionado, assinar o que for preciso, receber documentos, dar quitação, inserir e corrigir informações nos sistemas acadêmicos informatizados da UFRN, realizar matrícula em disciplinas, solicitar aproveitamento de disciplinas e praticar os demais atos necessários para o cumprimento deste mandato.

_____, ____ de _____ de 201__

ASSINATURA DO OUTORGANTE (firma a ser reconhecida em cartório)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA

DADOS PESSOAIS (**PREENCHER COM LETRA DE FORMA**):

Nome: _____

Eu, selecionado(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nas vagas reservadas para os beneficiários de ação afirmativa definida pela Lei nº 12.711/2012, **DECLARO** que:

1) Cursei o ensino médio em escola pública, tal como consta no inciso I do subitem 4.5 deste Edital, nos seguintes anos e escolas, sendo todas escolas públicas, de acordo com as definições dos subitens 4.4 e 4.4.1 deste Edital:

Ano: _____ Série: _____ Escola: _____

Ano: _____ Série: _____ Escola: _____

Ano: _____ Série: _____ Escola: _____

Ano: _____ Série: _____ Escola: _____

Ano: _____ Série: _____ Escola: _____

Ano: _____ Série: _____ Escola: _____

2) Apresento histórico(s) escolar(es) correspondente(s) a todos os anos e escolas nos quais cursei o ensino médio, tal como declarado no item (1) acima.

3) Não cursei, tal como consta no inciso II do item 4.5 deste Edital, nenhuma parte do ensino médio em escola que não seja pública, de acordo com as definições dos subitens 4.4 e 4.4.1 deste Edital.

4) Apresento diploma – ou equivalente – de conclusão do ensino médio emitido por escola pública ou com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

5) Estou ciente que estou sujeito(a) à perda da vaga e a sanções penais eventualmente cabíveis em caso de falsa declaração.

_____, ____ de _____ de 201__

ASSINATURA

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS DO CRITÉRIO DE RENDA

DADOS PESSOAIS (**PREENCHER COM LETRA DE FORMA**):

Nome: _____

Eu, selecionado(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nas vagas reservadas para os beneficiários de ação afirmativa definida pela Lei nº 12.711/2012, DECLARO que:

1) A minha família, conforme definição do subitem 4.7 deste Edital, é composta por _____ membros e a renda bruta mensal de cada um dos membros, conforme o subitem 4.9 deste Edital, é a informada na planilha a seguir, mesmo que seja nula:

Nome do membro da família – incluir o(a) aprovado(a)	Tipo de vínculo ¹⁴	Renda Bruta Mensal		
		Fev	Mar	Abr
TOTAL				

2) Apresento, para todos os membros da família que têm renda não nula, um comprovante de renda, dentre os listados no item 4.11 deste Edital, para cada renda percebida.

3) A renda familiar bruta média mensal é igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo por pessoa.

4) Estou ciente que estou sujeito(a) à perda da vaga e a sanções penais eventualmente cabíveis em caso de falsa declaração.

_____, ____ de _____ de 201__

ASSINATURA

¹⁴ Se for parente, indicar o grau de parentesco; em outras situações, explicitar.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ETNIA E DE VÍNCULO COM COMUNIDADE INDÍGENA

DADOS PESSOAIS **(PREENCHER COM LETRA DE FORMA)**:

Nome: _____

Eu, selecionado(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UFRN, nas vagas reservadas para os beneficiários de ação afirmativa definida pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), DECLARO que sou indígena da etnia/povo _____ e que:

() resido em Terra indígena:

() resido em Área Urbana:

Nome do Local / Endereço: _____

Município: _____ Estado: _____

Atenção: é obrigatório coletar nos quadros a seguir a assinatura, devidamente identificada, de 3 (três) Lideranças da Comunidade Indígena a qual pertence o candidato.

Assinatura da Liderança Indígena

Assinatura da Liderança Indígena

Nome legível da Liderança Indígena

Nome legível da Liderança Indígena

Nº da Cédula de Identidade da Liderança Indígena

Nº da Cédula de Identidade da Liderança Indígena

Assinatura da Liderança Indígena

Nome legível da Liderança Indígena

Nº da Cédula de Identidade da Liderança Indígena

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Candidato

ANEXO VII

DECLARAÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS DO CRITÉRIO ÉTNICO-RACIAL

DADOS PESSOAIS (**PREENCHER COM LETRA DE FORMA**):

Nome: _____

Eu, selecionado(a) no PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA INGRESSO EM 2019.1 NO BACHARELADO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nas vagas reservadas para os beneficiários de ação afirmativa definida pela Lei nº 12.711/2012, **DECLARO** que:

1) Sou (me considero):

- (☐) Preto(a);
(☐) Pardo(a); ou
(☐) Indígena.

2) Estou ciente que estou sujeito(a) à perda da vaga e a sanções penais eventualmente cabíveis em caso de falsa declaração.

_____, ____ de _____ de 201__

ASSINATURA